

## A DETERMINAÇÃO DOS JOVENS RURAIS E A SUCESSÃO AGRICULTURA FAMILIAR

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2021.55.11597>

Recebido em: 12/10/2020

Aceito em: 13/4/2021

Luiz Alberto Nottar<sup>1</sup>, Jacir Favretto<sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo teve como objetivo investigar as perspectivas dos jovens do Oeste de Santa Catarina relativas à agricultura diante da temática da sucessão familiar. O texto aborda as expectativas e os desafios por eles enfrentados. Foram entrevistados 215 jovens vinculados a 4 instituições de ensino e mais 3 grupos integrantes de ações coordenados pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina/Centro de Pesquisa da Agricultura Familiar (Epagri/Cepaf), entre novembro de 2016 e setembro de 2018. A escolha das entidades deu-se pela afinidade do pesquisador, e os questionários foram realizados durante palestras em atividades de extensão. Os participantes da pesquisa são filhos de agricultores do oeste catarinense com idade entre 14 e 29 anos. Os jovens demonstram forte interesse de continuar empreendendo na agropecuária, continuando os negócios da família como projeto de vida, indicando boas perspectivas para a sucessão na agricultura familiar.

**Palavras-chave:** Jovens. Sucessão. Agricultura familiar.

### THE DETERMINATION OF RURAL YOUTH AND SUCCESSION IN FAMILY FARMING

### ABSTRACT

The objective of this study was to investigate the youth perspectives for agriculture in the west of Santa Catarina, considering family succession overview. Thus, 215 teenagers from four institutions and three groups of actions (coordinated by Santa Catarina's Agricultural Research and Technology Dissemination Company) were interviewed from November 2016 to September 2018. Institutions were selected based on researcher's affinity and the questionnaires were conducted during extension lectures activities. The teenagers, aged between 14 and 29 years old, showed a strong interest in keeping engaged in agriculture and in their family's business. Thereby, their project of life can involve to continuing the family's business, which indicates good prospects for succession in family farming.

**Keywords:** Rural youth. Succession process. Family farming.

<sup>1</sup> Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Florianópolis/SC, Brasil.

<sup>2</sup> Autor correspondente. Universidade do Contestado (UnC). Rua Vitor Sopelsa, 3000, Concórdia/SC, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/4749521380411359>. <https://orcid.org/0000-0001-7530-8016>. [jacirfa@gmail.com](mailto:jacirfa@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

A população brasileira passou por importantes transformações ao longo da história, como o crescente envelhecimento e o aumento da expectativa de vida, que, combinando com as taxas decrescentes de fertilidade, o menor número de filhos dos casais e a queda das taxas de mortalidade infantil, reduziu a proporção de jovens (DELGADO; BAZOTTI; CINTRA, 2016). Segundo Kalache (1987), o número médio de filhos por família caiu 20% entre 1980 e 1985 em São Paulo, assim como em todo o país. Felix (2009) destaca alterações importantes no mercado de trabalho, no grau de instrução e no casamento, decorrentes das mudanças sociais a partir da década de 60 do século 20, em especial para as mulheres. O autor ressalta, ainda, como a fecundidade passou a integrar os direitos individuais. Aliada aos programas de medicina preventiva e programas voltados à qualidade de vida, a mulher moderna tem, hoje, metade dos filhos da sua mãe. Estudo recente realizado por Boessio e Doula (2017) com 42 famílias pertencentes a uma cooperativa no triângulo mineiro, mostra que 68% delas tinham entre dois e três filhos.

Dos mais de 211 milhões de brasileiros (IBGE, 2020), apenas 15,3% vivem no meio rural. A preocupação com a queda do efetivo rural reflete no fato de que ficam cada vez menos pessoas no campo para atender à crescente demanda de alimentos e de matéria-prima para as agroindústrias. A relevância desse desafio apoia-se em três razões fundamentais: a) o envelhecimento natural da população do campo; b) o êxodo rural; e c) o êxodo especialmente da juventude rural, a principal fonte de reposição da mão de obra rural. O envelhecimento da força de trabalho ocorre em todo o país, tendência evidenciada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018) sobre o comportamento dos grupos etários abaixo de 30 anos de idade, pela queda de 46,7% para 42,9% entre 2012 e 2018 nesse estrato. Entre 2012 e 2016 caiu de 30,7% para 28,2% a participação dos jovens de 16 a 29 anos de idade no campo. Essa contínua redução é consequência da escalada migratória urbana, presente também na faixa entre 25 e 35 anos, que representava apenas 9,48% em 2017 contra 13,56% da população rural em 2006 (MAPA, 2018).

É fato comum entre os agricultores catarinenses, especialmente na agricultura familiar, a participação dos filhos e filhas desde muito cedo nos trabalhos domésticos e na lida com os animais. Silvestro *et al.* (2001) afirmam que eles iniciam com tarefas e atividades simples, mas que, à medida que crescem, assumem outras um pouco mais complexas, aprendendo com os pais as técnicas de produção, criação e gerenciamento do estabelecimento agropecuário. Conforme Troian e Breitenbach (2018), os jovens rurais constroem os seus projetos de vida no ambiente do núcleo familiar, fundamentados nos valores, nas decisões e nas possibilidades de cada família. Acredita-se ser este o momento e o ambiente propício para desenvolver e aprimorar o conhecimento das técnicas de produção, ganhando segurança, enquanto jovens empreendedores, para se consolidar na agropecuária se assim entenderem.

O censo do IBGE de 2017 identificou 182.460 estabelecimentos agropecuários em Santa Catarina, distribuídos em 6.446.155 hectares, e uma média de 35,33 hectares por propriedade (IBGE, 2018), com forte preponderância da produção familiar. Assim, a justificativa do estudo está na representatividade socioeconômica da agricultura familiar e em a juventude ser uma faixa etária muito propícia para investimentos em capital humano, plenamente recuperáveis no longo prazo. Entende-se que um desses investimentos é na educação, formal ou informal, por criar valor precioso para a economia, para a sociedade e para a dignidade da pessoa humana. Neste sentido, os jovens rurais são atores centrais das famílias, em especial da agricultura fa-

miliar, potenciais geradores do presente, como sucessores, podendo agregar ainda mais capital humano no futuro (TILLMANN; COMIM, 2016). Diante disso, o objetivo do trabalho foi estudar as perspectivas dos jovens agricultores do Oeste de Santa Catarina com vistas ao processo de sucessão na agricultura familiar. O artigo divide-se em cinco seções: a primeira aborda a introdução, seguido pela revisão de literatura; na seção três são abordados os procedimentos metodológicos, seguido dos resultados e discussões, e as considerações finais na quinta seção.

## REVISÃO DE LITERATURA

As transformações ocorridas no meio rural brasileiro e catarinense são uma realidade preocupante, constatado pela queda no nível de oportunidades de emprego para a faixa etária dos jovens de 59,1% para 52,6% entre 2012 e 2016 (IBGE, 2017). Por outro lado, Toledo e Toni (2016) advertem para o êxodo seletivo, especialmente dos jovens, mão de obra apta para o exercício das atividades rurais, que buscam melhores opções em outras atividades da economia. Impressiona a facilidade com que os jovens rurais buscam novas e atrativas oportunidades de trabalho nas cidades, levando-os ao abandono do campo. Ademais, são as mulheres jovens que mais deixam o campo, configurando o que se conhece como masculinização da população rural (GUARANA DE CASTRO, 2009; ABRAMOVAY *et al.*, 1998).

Segundo a *Food Agriculture Organization* (FAO), a faixa de jovens entre 15 e 24 anos de idade aumentará em 100 milhões no planeta até 2030, alcançando 1,3 bilhão de pessoas. Fato semelhante ocorre na esfera nacional, quando parte desses atores vive em áreas rurais e muitos buscarão nos centros urbanos os seus projetos de vida (FAO, 2017). Referindo-se aos Objetivos do Milênio para 2030, cuja principal meta é erradicar a fome no mundo, Bojanic (2017) destaca que isso somente será alcançado se a agricultura for sustentável, o que torna imprescindível o vigor e as ideias inovadoras da juventude.

Estudos recentes na América Latina revelam que existem cerca de 31 milhões de jovens rurais entre 15 e 29 anos, dos quais 9,6 milhões atuam diretamente na agricultura e 8,2 milhões em atividades não agrícolas. Existem, ainda, 2,8 milhões de jovens urbanos que realizam trabalhos rurais e 11,9 milhões de jovens que não trabalham (FAO, 2016).

A discussão sobre juventude passa a contemplar os aspectos da diversidade a partir dos anos 1980 e 1990, além do critério etário, assumindo a expressão “juventudes” (NOVAES, 1998). É uma fase individual transitória que precisa ser compreendida nas suas expectativas em uma sociedade dinâmica, que também muda à medida que amadurece. Atendo-se especificamente aos jovens rurais, eles formam uma pluralidade de atores que somavam no início deste século mais de 8 milhões de pessoas e cerca de 27% da população rural do Brasil (IBGE 2010). Deste modo, a juventude precisa ser compreendida como uma construção social, concebida sob múltiplas maneiras, com seus estereótipos, classes, gênero, etnias, grupos, dentre outros, sendo difícil categorizá-la apenas do ponto de vista etário, ou seja, não há como se falar em homogeneidade (GUARANA DE CASTRO, 2009; ABRAMOVAY *et al.*, 1998; TROIAN; BREITENBACH, 2018). Segundo Drebes e Oliveira (2018), as “novas” maneiras de viver da juventude rural, ao modificarem as relações nas suas comunidades, buscam modernizar-se diante de um mundo globalizante, e protagonizam uma nova forma de desenvolvimento. Nesse cenário, os jovens rurais constroem a sua história, com seus sonhos e aspirações, influenciando e sendo influenciados pelas alterações demográficas e socioeconômicas contemporâneas.

Para o IBGE (2015), a juventude representa o público entre 15 e 29 anos, cuja população nacional era de 48,3 milhões de pessoas em 2015. É sob esse prisma que a sucessão no meio rural, no Brasil, desperta a atenção do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), discussão que se amplia na esfera mundial. Apesar do êxodo rural decrescente, ele ainda é positivo e preocupa pela maioria ser jovem, que migram em busca de novas perspectivas de vida fora do ambiente rural. Os dados demográficos mostram que, dos cerca de 2 milhões de pessoas que deixaram o campo no início deste século, 1 milhão eram jovens, configurando-se como uma questão-chave para a dinâmica socioeconômica e cultural do espaço rural brasileiro, podendo comprometer, especialmente, a continuidade do modo de produção familiar (MDA, 2016).

No âmbito da agricultura familiar, a sucessão é mundialmente discutida, mas ainda sem solução. Lobley (2008) lembra que, mesmo em países desenvolvidos, como Estados Unidos, Japão, Inglaterra, dentre outros, são baixas as taxas de agricultores que definem um sucessor, exceção apenas do Canadá. Gasson e Errington (1993) ressaltam que um dos problemas sucessórios é quando os jovens permanecem anos trabalhando com os pais sem a oportunidade, de fato, de experienciar aspectos gerenciais do negócio agropecuário. Deve-se delegar atribuições ao(a) sucessor(a) no momento oportuno, como forma madura de lidar com o assunto. A possibilidade de gerenciar a empresa familiar é uma boa experiência de “aprender fazendo”, sob a tutela de alguém mais experiente. A demora ou a não delegação pode frustrar os jovens, que poderão buscar oportunidades fora e não mais retornar para a propriedade (LOBLEY, 2008).

Assim como em Santa Catarina, a agricultura familiar tem sua importância pela presença em 84,4% dos estabelecimentos rurais brasileiros. Segundo o MDA (2016), ela é a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes, e absorve 40% da população economicamente ativa (PEA) nacional, o que denota, por si, a sua relevância. A agricultura familiar é definida pelo Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017, que regulamenta a Lei nº 11.326, de julho de 2006, estabelecendo como critérios de enquadramento: a) possuir até quatro módulos fiscais; b) utilizar, pelo menos, metade da força de trabalho familiar no processo de geração de renda da unidade de produção agrária; c) auferir, ao menos, 50% da renda das atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento agropecuário; e d) ser a gestão do estabelecimento ou empreendimento estritamente familiar (BRASIL, 2017). A seguir são descritos os procedimentos metodológicos empregados no trabalho.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O artigo abordou uma amostra não probabilística de 215 jovens do oeste catarinense, entrevistados entre novembro de 2016 e setembro de 2018. Eles pertencem a 4 instituições de ensino, sendo duas Casas Familiares Rurais, um Colégio Agrícola e a Udesc Oeste, além de 3 grupos de ações coordenados pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina/Centro de Pesquisa da Agricultura Familiar (Epagri/Cepaf). As entidades foram escolhidas pela afinidade do pesquisador, que aproveitou a realização de palestras durante atividades de extensão para a aplicação do instrumento de coleta de dados.

A pesquisa foi delimitada pelos seguintes critérios: a) ser agricultor; b) residir no oeste catarinense, c) ter entre 14 e 29 anos, apesar de o IBGE e de o Estatuto da Juventude (BRASIL 2013) considerarem jovens aqueles entre 15 a 29 anos de idade. Quirós e San Julián (2018) entendem não haver uma definição única para a categoria, e que existem diferentes aborda-

gens interdisciplinares que ultrapassam a análise sob a ótica etária. Juventude é também um conceito polissêmico, que transita entre os campos da biologia, psicologia e da sociologia, sem uma delimitação clara. Por isso, “(...) qualquer conceito enquanto uma produção social apresenta o inacabado como característica presente nos fenômenos humanos” (TRANCOSO; OLIVEIRA, 2012).

Quanto à natureza, é uma pesquisa descritiva. Os dados foram coletados pelo pesquisador por meio de um formulário semiestruturado, contendo 14 questões abertas e 9 fechadas durante atividades previamente agendadas. Realizou-se um teste amostral em cerca de 5% do tamanho da pesquisa, cujos dados não foram computados na totalização final. Em relação à forma de abordagem, a mesma é quantitativa, fazendo uso da estatística descritiva para análise dos dados. É também uma pesquisa quantitativa quanto à totalização das variáveis e dos resultados obtidos. A análise apoiou-se nos pacotes estatísticos PSPP® e Excel®, e dados submetidos à Anova ao nível de 5%, e apresentados em termos percentuais e de frequência, por meio de Tabelas com resultados consolidados.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa contemplou jovens de 149 comunidades rurais de 55 municípios do oeste catarinense, sendo 149 (69%) masculinos e 64 (30%) femininos, e dois (1%) não se identificaram nesse quesito. Trata-se de um importante recorte sociodemográfico, econômico, ambiental e regional, cuja faixa etária está na Tabela 1.

Tabela 1 – Representação da idade dos participantes da pesquisa (anos)

Faixa etária	Total	%	% acumulado
14 a 16 anos	70	33	33
17 a 19 anos	77	36	69
20 a 22 anos	43	20	89
23 a 25 anos	19	9	98
26 a 29 anos	6	2	100
Total	215	100	

Fonte: Dados da pesquisa.

O estudo mostrou que 69% dos entrevistados possuem entre 14 e menos de 20 anos, atingindo 98% daqueles com até 25 anos de idade (Tabela 1). Quanto ao estado civil, 95% são solteiros, 4% casados, 1 separado e outro não respondeu. A literatura mostra que o êxodo dos jovens, em especial das meninas, pode dificultar a constituição de matrimônios, conforme Silvestro *et al.* (2001), Abramovay (1998) e Drebes e Oliveira (2018). Assim, foi perguntado se eles percebem alguma dificuldade nesse sentido, cuja descrição está na Tabela 2.

Tabela 2 – Você acredita que existe alguma dificuldade para o(a) jovem do meio rural casar?

Sexo	Não Sabe	%	Não existe	%	Sim, existe	%	Total
Feminino	17	27	32	50	15	23	64
Masculino	26	18	87	59	34	23	147
Total	43	20	119	56	49	23	211

Fonte: Dados da pesquisa.

Dos 211 jovens que responderam esse quesito, 23% afirmam existir dificuldade de o(a) jovem arrumar um(uma) companheiro(a), contra 56% que afirmam não haver dificuldades nesse sentido, e 20% não souberam opinar se há ou não dificuldades para se casar (Tabela 2). A preocupação com a formação escolar é um tema presente entre os jovens rurais, confirmado pela Tabela 3.

Tabela 3 – Formação escolar dos jovens pesquisados (em números)

Formação escolar	Respostas	%
Estou estudando no Ensino Fundamental	11	5
Estou estudando no Ensino Médio	114	53
Estou na universidade	47	22
Não estou estudando	35	16
Outra	7	3
Não respondeu	1	0
Total	215	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se, na Tabela 3, que 53% estão no Ensino Médio, sendo a grande maioria em casas familiares rurais, 22% no Ensino Superior e 16% não estudam. Os 47 jovens que estão no Ensino Superior estão assim distribuídos: 37 cursam Zootecnia, 1 Ciências Contábeis, 1 Tecnologia de Alimentos e 8 não indicaram a área. Dos 35 que não estão estudando, 5 cursaram técnico em agropecuária, 1 pedagogia, 2 Engenharia Ambiental e 1 Publicidade e Propaganda, e os demais não disseram a sua formação. A busca pela qualificação profissional dos jovens é evidenciada por Troian e Breitenbach (2018), que destacam a importância da educação formal dos jovens como um caminho de formação que lhes possibilite ampliar os horizontes do conhecimento, melhorando as perspectivas de solidificar os seus projetos de vida.

A necessidade da formação escolar dos jovens é estimulada pelos pais, que já compreenderam a importância de investir no capital humano como forma de ampliar as possibilidades de diversificação de renda, melhorar a qualidade de vida, reduzir riscos, agregar valor e prospectar fontes atrativas e inovadoras de renda não agrícolas. Para o desenvolvimento dessas capacidades o conhecimento é um catalisador essencial. Os jovens também perceberam que uma melhor qualificação educacional facilitará o enfrentamento dos desafios futuros, seja na profissão de agricultor ou em outra atividade no meio urbano (KIYOTA; PERONDI, 2014).

Santa Catarina possui uma estrutura fundiária pulverizada com 88,3% dos imóveis rurais de até 50 hectares, chegando a 95,1% com aqueles de até 100 hectares de área (ICEPA, 2018). Dos cerca de 6,040 milhões de hectares cultivados, 40,6% e 53,4%, respectivamente, pertencem a esses dois estratos, cuja média dos imóveis é de 31,2 hectares (IBGE, 2006). Isso é confirmado pelo estudo que evidencia as virtudes da agricultura familiar com propriedades de pequeno porte, conforme a Tabela 4.

A Tabela 4 mostra que 21% das famílias tem até 10 hectares, cujo tamanho pode dificultar a reprodução e a permanência dos jovens na agropecuária bem como na sucessão familiar. A possível saída dos jovens pode impactar ainda mais esse modo de produção – uma perda importante da força de trabalho – e prejudicar a sucessão nos negócios agropecuários, pois são eles o capital humano de reposição nos empreendimentos rurais. Uma das alternativas para compensar a redução da mão de obra, sem comprometer ou, ainda, melhorar a produtividade

dos fatores de produção, são os investimentos em tecnologias inovadoras. Muitas vezes, porém, estas são caras para as atividades de pequena escala, o que pode elevar os custos de produção e inviabilizar a sua aquisição. Para Toledo e Toni (2016), a continuidade da produção agropecuária exige dos produtores rurais uma mentalidade inovadora e a adequação dos arranjos produtivos, aproveitando, de forma eficiente, os recursos e as vantagens competitivas e comparativas da agropecuária, com vistas à integração das cadeias produtivas. Esse papel deve ser protagonizado pela pesquisa e pela extensão, gerando e difundindo estudos adequados para esses “modelos” de produção.

Tabela 4 – Estrutura fundiária (número de propriedades) por estrato de área (ha)

Estrato de área (ha)	Total	%	% acumulado
1 até menos de 5	28	13	1
5 até menos de 10	18	8	21
10 até menos de 20	61	28	50
20 até menos de 30	44	20	70
30 até menos de 50	26	12	82
50 até menos de 80	15	7	89
80 até menos de 100	7	3	93
100 até menos de 200	3	1	94
Mais de 200	4	2	96
Não respondeu	9	4	100
<b>Total</b>	<b>215</b>	<b>100</b>	<b>-</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

As políticas públicas com investimentos governamentais em pesquisa e projetos de desenvolvimento local, canalizando recursos de acordo com a vocação regional, precisam ser fortalecidas. É fundamental priorizar a agricultura familiar na destinação das políticas diferenciadas para fortalecer o seu protagonismo. Como exemplo dessas políticas destaca-se a eficácia do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que, juntamente com outros instrumentos, como os programas de aquisição de alimentos para a merenda escolar, contribuíram substancialmente para o desenvolvimento regional (FAVARETO, 2014).

Para Troian e Breitenbach (2018), o desenvolvimento rural está fortemente atrelado à presença ativa da juventude rural. Em Santa Catarina, a busca pela inovação está presente nas ações da Epagri por meio do Programa SC Rural. Os egressos do curso “Formação em Liderança, Gestão e Empreendedorismo” mostram-se mais bem preparados, com atitudes inovadoras, que agregam valor aos produtos, serviços e espaços ambientais e de lazer, valorizando os empreendimentos familiares de forma associativa e solidária na solução de problemas comuns, melhorando a autoestima e protagonizando o processo de desenvolvimento rural (GERBER, 2016).

Entende-se que as políticas públicas são estratégias catalisadoras do desenvolvimento local, despertando nos pais e filhos o potencial da agropecuária como uma alternativa econômica e de vida. Com ela, os jovens concebem o empreendedorismo rural como uma prática real e factível, sentem-se mais valorizados, acreditam no seu potencial e se orgulham de ser agricultores, com boas perspectivas de continuidade da profissão dos pais, amenizando o problema da sucessão familiar.



O estrato com até 20 hectares abrange 50% dos entrevistados, atingindo 89% com aqueles de até 80 hectares, um dos critérios que define agricultor familiar, com predominância de jovens agricultores familiares. Verificou-se, ainda, que 94% são proprietários, 90% moram e trabalham nas suas terras e apenas 10% residem na cidade. O tamanho dos imóveis varia de 1,0 hectares a 307 hectares, cuja média é 31,22 hectares (Quadro 1).

Quadro 1 – Tamanho médio das propriedades dos entrevistados (ha)

Variável	N	Média	Std Dev	Mínimo	Máximo
Tamanho da propriedade (ha)	206*	31,22	43,85	1,0	307

Fonte: Dados da pesquisa. \* 9 não identificaram o tamanho do imóvel.

Graziano da Silva (2002) destaca o aumento da valorização do meio rural brasileiro pelos moradores urbanos, atraídos por questões ecológicas, lazer, turismo e moradia, repercutindo na expansão de construções rurais como segunda moradia das famílias urbanas de renda média e alta em chácaras e sítios de lazer por todo o país. Da mesma forma, Oliveira, Moraes e Vaz (2017) salientam uma crescente procura imobiliária como um nicho de mercado e criação de infraestrutura para classes de melhor poder aquisitivo, transformando em residências de lazer, ampliando a demanda por áreas até pouco tempo atrás exclusivas da produção agropecuária do extremo oeste catarinense. Isso reforça a multifuncionalidade do campo como lugar de produção e aprazível para viver e trabalhar. Assim, procurou-se conhecer o pensamento dos jovens sobre o sentimento de morar no meio rural, cujos resultados são mostrados na Tabela 5.

Tabela 5 – Opinião dos (as) jovens sobre morar no meio rural

Alternativas	Masculino		Feminino		Total
	Total	%	Total	%	
É bom e desejo continuar morando lá.	105	70	41	65	146
É bom, mas eu preferia morar na cidade.	18	12	9	14	27
Não gosto de morar no meio rural, mas aceitaria morar lá.	1	1	0	0	1
Não gosto do meio rural; em breve vou morar na cidade.	1	1	0	0	1
Para mim não faz diferença morar no meio urbano ou rural.	24	16	13	21	37
Total	149	100	63	100	212*

Fonte: Dados da pesquisa. \* 3 jovens não responderam este quesito.

A Tabela 5 mostra que 69% dos jovens afirmam que o meio rural é bom e desejam continuar morando lá. A opção *é bom, mas eu preferia morar na cidade* é manifestada por menos de 13%, assim como morar num ou noutro lugar é indiferente estatisticamente entre os sexos. Sabe-se, também, que um dos grandes desafios da atualidade é a continuidade dos negócios rurais da família, tema conhecido como sucessão familiar ou geracional no meio rural. A pesquisa procurou saber como é o grau de abertura dos gestores para a participação dos jovens nas decisões dos negócios agropecuários das suas famílias, cujos resultados são apresentados na Tabela 6.



Tabela 6 – A tomada de decisão nos projetos e atividades na propriedade rural de sua família

Descrição	Respostas	%
Eu sou o responsável, ou seja, eu tomo as decisões.	8	4
Meus pais dão grande abertura para eu participar das decisões da propriedade.	123	57
Meus pais dão apenas uma pequena abertura para eu contribuir nas decisões.	69	32
Meus pais não dão chance para eu participar das decisões da propriedade.	12	6
Não respondeu	3	1
Total	215	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados da Tabela 6 mostram uma boa participação nas tomadas de decisão pelos jovens nos empreendimentos de suas famílias, alcançando 62% quando considerado também aqueles que já respondem pelo empreendimento. De outro modo, 32% afirmaram que os pais e/ou responsáveis possibilitam apenas uma pequena abertura para opinar nas decisões da propriedade, indicando um forte desejo do(a) jovem participar mais do negócio agropecuário, o que pode ser atribuído a ainda pouca idade destes. Entende-se que esse problema precisa ser enfrentado com estratégias, como diálogo, confiança e formação. É importante ampliar a interação entre pais e filhos, discutindo e planejando conjuntamente as atividades do empreendimento, oportunizando a participação o mais cedo possível, para que eles aprendam com os erros e acertos, adquiram confiança e, quem sabe, se tornem um novo empreendedor rural.

Sob essa perspectiva, assim como nas demais áreas da economia, a discussão sobre sucessão do negócio familiar deve começar o mais cedo possível. Nesse sentido, Chemin e Ahlert (2010) recomendam priorizar a formação adequada dos filhos, discutir com serenidade, planejar o processo sucessório pelo empreendedor, evitando, assim, que possíveis pendências resultem em disputas pelo poder de comando sobre a família e pelos bens após a morte de um dos patriarcas. Os autores esclarecem que herdar é diferente de suceder, sendo a herança relativa à transmissão de bens, direitos e obrigações quando da morte do titular do imóvel, enquanto a sucessão é mais complexa, pois suceder o gestor, comandar o negócio da família, exige capacidades e habilidades nem sempre presentes no(s) herdeiro(s) (CHEMIN; AHLERT, 2010).

Fica evidente que processo sucessório é uma construção multifatorial que implica preparação do sucessor para a gestão e liderança, capacitando-o para conduzir o negócio de modo seguro e eficaz. Diversos estudos apontam resistência da geração mais antiga na delegação das tarefas importantes e desafiadoras aos jovens, e estes trabalham anos com os pais com poucas oportunidades de assumir compromissos gerenciais ou participar das decisões. Mais abertura pode significar valorizar e estimular a permanência dos jovens no campo. A falta do envolvimento dos filhos pode desmotivá-los e afastá-los dos negócios da família (GASSON; ERRINGTON, 1993; UCHIYAMA, 2008; CHISWELL, 2018).

Como um processo em construção, todavia, defende-se que quanto mais cedo isso acontecer no âmbito familiar mais rápido os jovens desenvolverão o interesse pela atividade. Sob essa perspectiva, procurou-se saber do interesse dos jovens em participar das decisões e se eles sentem-se aptos e/ou querem se capacitar para assumir o empreendimento da família, conforme as Tabelas 7 e 8.

Tabela 7 – Interesse em participar das decisões referentes à propriedade rural

Descrição		%
Não tenho nenhum interesse, portanto não faço questão de opinar.	12	6
Meus pais pedem minha opinião, mas, frequentemente, ela não é seguida.	51	24
Eu gostaria de opinar mais, de ser mais ouvido e ajudar nas decisões.	58	27
Meus pais pedem minha opinião e sempre ou quase sempre o que eu digo é seguido.	90	42
Não respondeu.	4	2
Total	215	100

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 7 revela que apenas 6% dos jovens não se interessam pelas decisões, enquanto 42% afirmam que são solicitados e a sua opinião é aproveitada quase sempre, e 27% gostariam de contribuir mais nas decisões, atingindo 69% com claro interesse em contribuir nas decisões da propriedade. Afirmam ser solicitados, porém, 24%, mas geralmente a sua opinião não é seguida e não interfere nas decisões do empreendimento.

Tabela 8 – Aptidão dos jovens para assumir os negócios rurais da família

Descrição	Respostas	%
Sim, sinto-me apto e gostaria de conduzi-la o quanto antes.	34	16
Sim, sinto-me apto e gostaria de conduzi-la daqui a alguns anos.	111	52
Não me sinto apto, mas gostaria de me capacitar para conduzi-la em breve.	41	19
Sim, sinto-me apto, mas não tenho interesse ou vontade de conduzi-la.	13	6
Não me sinto apto e não tenho interesse em conduzi-la.	14	7
Não respondeu.	2	1
Total	215	100

Fonte: Dados da pesquisa.

A pesquisa mostra que 16% dos jovens estão aptos e desejam assumir o quanto antes o empreendimento, 68% querem assumir daqui há alguns anos e 19% não estão prontos ainda, mas querem se capacitar para assumir futuramente (Tabela 8). Deve-se considerar, aqui, a pouca idade dos jovens, que ainda estão estudando, se preparando para o futuro. Apesar disso, a pesquisa aponta uma boa participação dos jovens nas decisões, manifestando alto grau de interesse de participar dos rumos do empreendimento, bem como daqueles que já se dizem aptos para conduzi-lo de imediato se fosse necessário, mas que querem aprimorar os seus conhecimentos para melhorar as suas habilidades técnico-gerenciais e produtivas. O pensamento dos pais sobre o futuro da propriedade, na visão dos seus filhos, é apresentado na Tabela 9.

Tabela 9 – Visão dos filhos sobre o pensamento dos seus pais quanto ao futuro da propriedade rural

Descrição	Respostas	%
Gostariam de se desfazer da propriedade(vendê-la/arrendá-la).	16	7%
Gostariam que a propriedade fosse conduzida por mim.	135	63%
Gostariam que a propriedade fosse conduzida por meu (minha) irmão(ã).	15	7%
Gostariam que a propriedade fosse conduzida por outra pessoa (fora da família).	1	1%
Meus pais nunca me falaram sobre quem deveria conduzir a propriedade no futuro.	44	20%
Não responderam.	4	2%
Total	215	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 9 mostra que 63% dos jovens acreditam que os pais gostariam que a propriedade fosse conduzida por eles e 70% quando inclui o(a) irmão(a), revelando forte desejo dos pais pela continuidade do negócio familiar. Apenas 7% responderam que os pais pensam em vender ou desfazer-se dela, e 20% afirmaram que a sucessão nunca foi discutida. A visão sobre o pensamento futuro dos jovens é mostrada na Tabela 10.

Tabela 10 – Pensamento dos jovens quanto ao seu futuro profissional segundo o nível de instrução

Descrição	EF	EM	ES	NE	Outra	NR	Total
Morar na propriedade e trabalhar com agropecuária.	6	62	30	28	4	2	132
Morar e trabalhar na propriedade, mas não na agropecuária.	3	5	3	1	0	0	12
Morar na propriedade e trabalhar fora dela.	0	9	3	1	1	0	14
Morar na propriedade do(da) futuro(a) esposo(a) e tomar conta dela.	1	4	0	0	0	0	5
Morar na propriedade do(da) futuro(a) esposo(a), mas não trabalhar com agropecuária.	0	2	0	0	0	0	2
Morar na propriedade do(da) futuro(a) esposo(a) e trabalhar em outra atividade.	0	2	0	0	0	0	2
Morar no meio urbano.	0	11	1	0	0	0	12
Sem opinião formada.	1	17	6	3	1	0	29
Morar e trabalhar na propriedade e na área de formação.	0	2	4	1	1	0	8
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>114</b>	<b>47</b>	<b>34</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>215</b>

Legenda: EF= Ensino Fundamental; EM = Ensino Médio; ES=Ens. Superior; NE= Não Estuda. Outra; NR = Não respondeu

Fonte: Dados da pesquisa.

O vínculo dos jovens com a agropecuária é ilustrado na Tabela 10, quando mais de 61% afirmam que pretendem morar na propriedade e desenvolver atividades agropecuárias. Em menor grau aparecem aqueles que querem morar na propriedade, mas sem trabalhar na agropecuária ou, ainda, fora da propriedade, com 6% e 7% respectivamente, enquanto 13% ainda não formaram opinião sobre o assunto. A Tabela 11 apresenta as perspectivas profissionais futuras de acordo com o sexo.

Tabela 11 – Perspectivas quanto ao futuro profissional dos jovens

Alternativas	Sexo		
	Masculino	Feminino	Total
Morar na propriedade e trabalhar com agropecuária.	103	28	131
Morar na propriedade, trabalhar nela, mas não na agropecuária.	7	5	12
Morar na propriedade e trabalhar fora dela.	5	9	14
Morar na propriedade do(a) futuro(a) esposo(a) e tomar conta dela.	3	1	4
Morar na propriedade do(da) futuro(a) esposo(a) mas não trabalhar com agropecuária.	2	0	2
Morar na propriedade do(da) futuro(a) esposo(a) e trabalhar em outra atividade.	2	1	3
Morar no meio urbano.	6	6	12
Sem opinião formada.	15	12	27
Morar e trabalhar na propriedade e também na área de formação.	5	3	8
Não respondeu nenhum quesito	0	2	
<b>Total</b>	<b>148</b>	<b>66</b>	<b>215</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 11 revela que 61% dos entrevistados querem morar na propriedade da família e tomar conta dela, sendo esse desejo mais forte entre os rapazes, com 70%, contra apenas 42% entre as moças. Em menor grau, morar e trabalhar na propriedade, mas não com a agropecuária, morar na propriedade, mas não trabalhar nela, morar na cidade e aqueles sem opinião formada, são 6%, 7%, 6% e 13%, respectivamente, entre os dois sexos. A pesquisa procurou saber do interesse e da participação dos jovens em festas e atividades sociais da comunidade, cujas respostas estão na Tabela 12.

Tabela 12 – Frequência com que participa de festas e atividades sociais promovidas pela comunidade

Alternativas	Nº de respostas	%
Sempre ou quase sempre.	119	55%
Às vezes.	69	32%
Raramente.	16	7%
Não vou, pois não gosto de festas.	1	0%
Não vou, pois não gosto do tipo de festas que são realizadas.	4	2%
Meus pais não permitem que eu participe.	2	1%
Minha comunidade não promove festas ou atividades sociais.	1	0%
Não respondeu.	3	1%
<b>Total</b>	<b>215</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

A participação comunitária e o gosto pelo lazer da juventude rural são formas de interação social que fazem parte da cultura dos colonizadores do oeste catarinense. Isso fica evidente na Tabela 12, em que 55% dos jovens afirmam participar sempre ou quase sempre dos eventos sociais ou festas promovidas pela comunidade, 32% às vezes e apenas 7% responderam que participam esporadicamente. A quantidade e a qualidade dos eventos sociais na visão dos jovens é mostrada na Tabela 13.

Tabela 13 – Número de promoções e qualidade das festas e atividades sociais da comunidade

Alternativas	Nº de Respostas	%
São boas e suficientes.	120	56%
Deveria ter mais festas.	53	25%
Prefiro as festas da cidade.	16	7%
Deveria ter outros tipos de festas.	8	4%
Não tenho condições de opinar.	15	7%
Não respondeu.	3	1%
<b>Total</b>	<b>215</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme a Tabela 13, as festas são boas e suficientes para 56% dos jovens, e 25% gostariam que houvesse mais festas. De modo menos expressivo, as alternativas “prefiro as festas da cidade”, “deveria ter outro tipo de festas”, “não tenho condições de opinar”, representam 7%, 4% e 7% da opinião dos jovens, respectivamente. Isso denota a importância da promoção de políticas públicas de estímulo à organização comunitária, diversificando as atividades de lazer,

contemplando o maior número de jovens, de adultos, incluindo os idosos, de ambos os sexos, concebendo o espaço rural para além das atividades econômico produtivas, pois as pessoas que ali vivem têm sentimentos e necessidades, e a interação comunitária é uma boa forma de desenvolvimento humano.

O sentimento de felicidade e bem-estar é um comportamento subjetivo que revela o grau de positividade pessoal e profissional do ser humano. Para Amaral (2015), o bem-estar subjetivo manifesta-se nos fatores e processos subjacentes que avaliam o que se faz com a própria vida. De acordo com o autor, os indivíduos que apresentam altos níveis de bem-estar subjetivo frequentemente revelam satisfação mais elevada com a vida, e mostram-se emocionalmente mais positivos e com atitudes proativas. Diante disso, a pesquisa procurou avaliar o sentimento de felicidade e bem-estar neste momento da vida dos jovens, cujos resultados são ilustrados na Tabela 14.

Tabela 14 – Sentimento de felicidade conforme o sexo dos jovens

Grau de felicidade	Sexo				Total	%
	Masculino	%	Feminino	%		
Muito feliz.	95	64	36	55	131	61
Medianamente feliz.	48	32	24	36	72	33
Infeliz.	1	1	1	1	1	1
Indiferente.	4	3	4	8	8	4
Não respondeu.	1	1	1	2	2	1
<b>Total</b>	<b>149</b>	<b>100</b>	<b>66</b>	<b>100</b>	<b>215</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 14 revela que 61% dos jovens se mostram muito felizes e 33% se dizem medianamente felizes, e apenas 1% se encontra infeliz. A análise comparativa de gênero revela que 64% dos rapazes se mostram muito felizes contra 55% das moças. Já o grau de felicidade mediana é manifestado por 32% dos rapazes e 36% das moças, não havendo diferença estatística quanto ao sentimento de felicidade entre rapazes e moças ao nível de significância 5%. Percebe-se um alto grau de positividade dos jovens com a vida, e esse espírito positivo elevado, aliado ao grau de interesse pelo desenvolvimento futuro das atividades agropecuárias, demonstra boas perspectivas em continuar empreendendo no meio rural. Segundo Troian e Breitenbach (2018), o otimismo, verificado com jovens no Rio Grande do Sul, constitui-se num bom catalizador para o desenvolvimento dos seus projetos de vida, suplantando, inclusive, as adversidades multidimensionais do seu cotidiano que poderiam até ensejar o contrário.

Sob este aspecto, Amaral (2015) destaca a importância do afeto positivo presente nas organizações, por influenciar no desempenho profissional mais exitoso. Fica evidenciado, assim, a forte presença desses requisitos na juventude rural, que, juntamente com os demais indicadores avaliados na pesquisa, confirmam elevado interesse dos jovens para continuar na profissão paterna, empreendendo na agropecuária e fortalecendo o desenvolvimento local e regional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo revela o alto grau de determinação e o gosto dos jovens rurais pela profissão de agricultor, com forte interesse em permanecer no meio rural, continuando as atividades da família, manifestado por ambos os sexos. A investigação enfatiza a presença da agricultura familiar e o aspecto fundiário pulverizado, com predominância de áreas de pequeno porte, cujo tamanho reproduz a média estadual.

A pesquisa confirma, ainda, a grande disposição dos jovens de participar mais ativamente das decisões do empreendimento rural, o que é uma manifestação do espírito empreendedor precoce desses(as) jovens, o que potencializa o processo sucessório regional. O estudo destaca o alto índice daqueles que se sentem aptos e/ou querem se aperfeiçoar para assumir a propriedade, sinergia evidenciada na visão dos filhos sobre o pensamento dos pais, que esperam vê-los no comando da propriedade. O grau de bem-estar, demonstrado pelo alto índice “de bem com a vida”, com espírito elevado, fortalece a tendência de continuarem no meio rural e desenvolver os negócios agropecuários da família.

Por fim, a discussão das políticas públicas para a permanência dos jovens na agropecuária deve contemplar a multidimensionalidade desses atores e os anseios da agricultura familiar, como os problemas de comercialização e da geração de renda compatível para o bem-estar familiar, em especial nas cadeias produtivas ainda não consolidadas.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. *et al.* *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. 2. ed. Brasília: Edições Unesco, 1998. 101 p.
- AMARAL, M. J. F. S. do. *Felicidade, bem-estar e satisfação*. 2015. Dissertação (Mestrado) – ISCTE Business School, Instituto Universitário de Lisboa, Portugal. 2015. Disponível em: [https://repositorio.iscteul.pt/bitstream/10071/11447/3/TESE\\_MariaJo%C3%A3oAmaral.pdf](https://repositorio.iscteul.pt/bitstream/10071/11447/3/TESE_MariaJo%C3%A3oAmaral.pdf). Acesso em: 7 nov. 2018.
- BOESSIO, A. T.; DOULA, S. M. Sucessão familiar e cooperativismo agropecuário. *In: Desenvolvimento em Questão*, Ijuí: Editora Unijuí, v. 16, n. 40, jul./set. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/6203>. Acesso em: 29 dez. 2020.
- BOJANIC, A. *Jovens podem garantir futuro sustentável da agricultura*. 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/1051483/>. Acesso em: 1º out. 2018.
- BRASIL. Unidade familiar de produção agrária. *Decreto nº 9,064* de 31 de maio de 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm). Acesso em: 16 fev. 2020.
- BRASIL. *Lei Nº 12.852*, de 5 de agosto de 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm). Acesso em: 10 out. 2018.
- CHEMIN, B. F.; AHLERT, L. A sucessão patrimonial na agricultura familiar. *Revista Estudo & Debate*, Lajeado, v. 17, p. 49-74, 2010.
- CHISWELL, H. M. From Generation to Generation: Changing Dimensions of Intergenerational Farm Transfer. *Sociologia Ruralis Vc 2016 European Society for Rural Sociology. Sociologia Ruralis*, v. 58, n. 1, jan. 2018. DOI: 10.1111/soru.12138
- DELGADO, P. R.; BAZOTTI, A.; CINTRA, A. de U. Jovens rurais e agricultores no Paraná – dimensionamento populacional e perfil socioeconômico. *Cad. Ipardes*, Curitiba, PR, v. 6, 2016. eISSN 2236-8248
- DREBES, L. M.; OLIVEIRA, F. S. A construção social da juventude rural diante dos processos migratórios – um estudo de caso da agricultura familiar de Itapuranga – GO, 2018. *In: Desenvolvimento em Questão*, Ijuí: Editora Unijuí, v. 16, n. 42, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/6203>. Acesso em: 28 dez. 2020.



FAO. Food Agriculture Organization. *Agricultura precisa se modernizar para absorver mão de obra jovem diz FAO*. 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agricultura-precisa-se-modernizar-para-absorver-mao-de-obra-jovem-diz-fao/>. Acesso em: 15 fev. 2020.

FAO. Food Agriculture Organization. *Juventud rural y empleo decente en America Latina*. Organización de las Naciones Unidas Para la Alimentación y la Agricultura. Santiago, 2016.

FAVARETO, A. Um contraponto a tese da “argentinização” do desenvolvimento rural no Brasil. In: BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da; NAVARRO, Zander (ed. téc.). *O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola*. Brasília, DF: Embrapa, 2014. 1.182 p.

FELIX, J. S. *Economia da longevidade: o envelhecimento da população brasileira e as políticas públicas para os idosos*. 2009. Dissertação (Mestrado) – PUC-SP, São Paulo, 2009.

GASSON, R.; ERRINGTON, A. *The farm family business*. Wallingford: CAB International, 1993. 304 p.

GERBER, R. M. (org.). *Narrativas sobre a Ação Jovem Rural na Epagri – 2012-2016: depoimentos e imagens*. Florianópolis: Epagri, 2016. 277 p. (Epagri. Documentos, 260).

GRAZIANO DA SILVA, J. *O novo rural brasileiro*. 2. ed. reimpr. Campinas, SP: IE, 2002. (Coleção Pesquisas, 1).

GUARANA DE CASTRO, Elisa. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. *Rev. Latino-Am. Cienc. Soc. Niñez Juv. [on-line]*, v. 7, n. 1, p. 179-208, 2009. ISSN 1692-715X

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília: Universidade de Brasília, v. 22, n. 2, p. 201-210, maio/ago. 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Conheça o Brasil – população rural e urbana*. 2020. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana.html>. Acesso em: 15 mar. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)*. 2018. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18318-piramide-etaria.html>. Acesso em: 11 fev. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: Coordenação de População e Indicadores Sociais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 147 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 37, ISSN 1516-3296).

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio*. 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Séries históricas*. 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 28 set. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário*. 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9827-censo-agropecuario.html?=&t=downloads>. Acesso em: 18 fev. 2019.

ICEPA. Instituto de Planejamento e Economia Agrícola. *Síntese anual da agricultura catarinense 2017-2018*. Florianópolis, SC: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri; Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola; Epagri/Cepa, 2018.

KALACHE, A. Envelhecimento populacional no Brasil: uma realidade nova. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 217-220, set. 1987. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X1987000300001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1987000300001&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 27 out. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X198700030000>.

KIYOTA, N.; PERONDI, M. A. Sucessão geracional na agricultura familiar: uma questão de renda? In: BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da; NAVARRO, Zander (ed. téc.). *O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola*. Brasília, DF: Embrapa, 2014. 1.182 p.

LOBLEY, M. Dimensions of Intergenerational Farm Business Transfers in Canada, England, the USA and Japan. University of Exeter. 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/255605578>. Acesso em: 27 out. 2018. DOI: 10.18480/jjre.10.33

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *População rural envelhece e jovens são minoria no campo*. 2018. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/noticias/populacao-rural-envelhece-e-jovens-sao-minoria-no-campo>. Acesso em: 11 fev. 2020.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural*. 2016. Disponível em: [http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_arquivos\\_3/ps02.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_3/ps02.pdf). Acesso: 3 nov. 2018.



- 
- NOVAES, R. R. Juventude/juventudes? *In: Comunicações Iser*, Rio de Janeiro, n. 50, 1998.
- OLIVEIRA, P. D. de; MORAES, S. T.; VAZ, N. P. As interações urbano-rural na reorganização do sistema de cidades do extremo oeste catarinense. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL – ENANPUR, 17., 2017. São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Enanpur, 2017.
- QUIRÓS, I. M.; SAN JULIÁN, E. R. *Jóvenes em el mundo virtual: usos e prácticas y riesgos*. Dossier de Prensa. Madrid: Fundación Mapfre; Centro Reina Sofía sobre Adolescencia y Juventud de la FAD, 2018.
- SILVESTRO, M. *et al. Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis: Epagri; Brasília, DF: Nead; MDA, 2001.
- TILLMANN, E. A.; COMIM, F. V. Os determinantes da alocação de tempo dos jovens no Brasil e a geração nem-nem. *In: Ipea – Pesquisa Planejamento Econômico*, n. 2, ago. 2016.
- TOLEDO, F.; TONI, E. Existe um processo de esvaziamento populacional nas regiões rurais brasileiras? *Revista do Desenvolvimento Regional*, Taquara, RS: Faccat, v. 13, n. 1, jan./jun. 2016.
- TRANCOSO, A. E. R.; OLIVEIRA, A.A.S. Juventude: desafios contemporâneos e conceituais. *Ecos I*, v. 4, n. 2. 2012. Disponível em: <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/1371/1048>. Acesso em: 14 nov. 2018.
- TROIAN, A.; BREITENBACH, R. A questão da juventude na contemporaneidade – estudo dos projetos de vida em Arroio do Tigre, RS. *In: Desenvolvimento em Questão*, Ijuí: Editora Unijuí, a. 16, n. 44, jul./set. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/6203>. Acesso em: 28 dez. 2020.